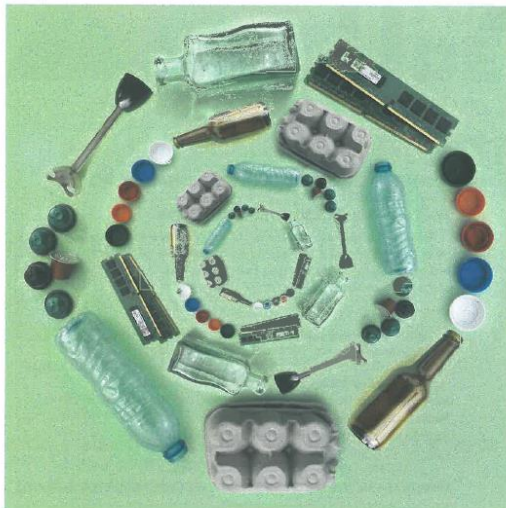


CAPA

PORTUGAL PROCURA DESBLOQUEAR POTENCIAL DA ECONOMIA CIRCULAR

MINISTÉRIO DO AMBIENTE APRESENTA PLANO DE AÇÃO ATÉ AO VERÃO. SETOR EMPRESARIAL ESTUDA OPORTUNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO DE RESÍDUOS EM SUBPRODUTOS E ESPERA QUE A DESCLASSIFICAÇÃO SE TORNE MAIS ÁGIL. O TEMA VAI ESTAR EM FOCO NO 11.º FÓRUM NACIONAL DE RESÍDUOS.



EMPRESAS ESPERAM QUE O ESTADO DÊ O EXEMPLO

O conceito de economia circular tem ganhado força entre os vários agentes económicos, do setor do ambiente e não só, desde que a Comissão Europeia apresentou o seu pacote de medidas para promover a transição para um novo paradigma económico no final de 2015. O *business case* apresentado é atrativo e empresas e cidadãos olham com interesse para a perspectiva de fechar o ciclo dos produtos, transformando cada vez mais resíduos em recursos e minimizando aquilo que se deita fora na final da cadeia. Um problema ambiental transforma-se em oportunidade de criação de riqueza e emprego. Mas para desbloquear este potencial, que todos parecem reconhecer existir, há grandes mudanças a implementar no setor dos resíduos, e na economia em geral. O Ministério do Ambiente está já a trabalhar num plano de ação, que pretende finalizar até junho deste ano, adiantou o Ministro João Pedro Matos Fernandes ao jornal Água&Ambiente, para explorar as oportunidades que traz a nova orientação europeia, identificando setores – como a construção – que podem ganhar com a economia circular. Além disso, prevê-se que este ano seja revisito o plano estratégico para o setor dos resíduos (PERSU 2020), incorporando já as novas tendências para 2030 inscritas no pacote legislativo anunciado em 2015, de aumento da reciclagem de resíduos urba-

nos e de embalagens e a minimização da deposição em aterro. “É normal que tenhamos de reavaliar o plano”, reafirmou Carlos Martins, secretário de Estado do Ambiente, em fevereiro. Uma alteração que será feita “em paralelo” com a atualização das prioridades nacionais para a aplicação de fundos comunitários ao abrigo do Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

O enquadramento legislativo comunitário para a área dos resíduos também deverá ficar (mais) estabilizado este ano. É esse o compromisso da Comissão, do Parlamento Europeu e do Conselho, e pelo menos para já, parece haver maior ambição que poderá até redundar em objetivos mais elevados em 2030 (ver página 9).

RESÍDUOS POR VALORIZAR

O setor dos resíduos já mapeou o potencial instalado para um maior aproveitamento de materiais por via da reciclagem e valorização, no contexto de uma economia circular. Em 2014 a economia portuguesa gerou cerca de 14,6 milhões de toneladas de resíduos, dos quais foram valorizados cerca de 74,4%. Ou seja, cerca de 2,3 milhões de toneladas de resíduos urbanos e 1,4 milhões de toneladas de resíduos setoriais ficaram por valorizar, estima o “Estudo sobre a Relevância e o

DESCLASSIFICAÇÃO PRECISA-SE

Mas para transformar resíduos em subprodutos, há que percorrer o caminho da desclassificação que muitas empresas consideram burocrático e dispendioso.

Isto porque se o conceito de economia circular está hoje mais disseminado pela sociedade, a legislação que existe para o fim de estatuto de resíduo “é exatamente a mesma”, observa Ivone Rocha, da Telles de Abreu Advogados. “O legislador dá uma definição ampla de resíduos não para que tudo seja resíduo, mas para permitir que nada fique por regular”, nota a advogada. No entanto, “as nossas autoridades partem do pressuposto contrário”. Ou seja, em caso de dúvida, é resíduo.

Uma abordagem que choça com a “dinâmica empresarial e tecnológica” em que o que hoje é resíduo, amanhã pode não ser, e o que é descartável para uns pode ter muito valor para outros. “A distinção entre resíduo e não resíduo tem tanto de importante como de difícil”, observa Ivone Rocha.

Da Europa, poderão entretanto vir sinais positivos, nomeadamente com a publicação de critérios harmonizados para as matérias-primas secundárias. Mas, pelo menos para já, essa medida não está na agenda da Comissão para 2017.

A introdução de novas regras no plano europeu pode contribuir para facilitar a aplicação do Plano de Ação para a Economia Circular, proposto pela Comissão, evitando que haja distorções no mercado único, até porque “a planificação de um processo produtivo é diferente se temos custos de gestão de resíduos ou não”, recorda Ivone Rocha. No entanto, a advogada defende que a inexistência destes critérios harmonizados não deve ser “bloqueadora” do desenvolvimento da economia circular. Tendo por referência a jurisprudência comunitária nesta matéria, desde que fique provado que não existe dano ambiental, que o detentor não se pretende “desfazer” do material ou substância, e que este tem valor e pode ser vendido ou introduzido no sistema produtivo sem ser sujeito a transformação, tem-se o direito de pedir o fim de estatuto de resíduo, resume.

As empresas esperam também que o Estado dê o exemplo. “Não posso estar a promover a economia circular e a seguir, quando for comprar, o meu critério principal ser o preço”, observa Sofia Santos. Os critérios da circularidade “têm de estar escritos” no caderno de encargos.

O Governo aprovou uma estratégia, em junho do ano passado, em que traçou como objetivo chegar a 2020 com 60% de compras públicas ecológicas. Entretanto, a Comissão já divulgou critérios que podem ser usados pelas autoridades nacionais a título voluntário para um conjunto de bens. O Estado e as políticas públicas “dão um impulso essencial à circularidade”, refere também o estudo desenvolvido pela consultora Augusto Mateus e Associados. Entre as

Impacto do Setor dos Resíduos em Portugal na Perspetiva de uma Economia Circular”, promovido pela Associação Smart Waste Portugal (SWP) e coordenado pela sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados.

Por outro lado, o estudo divulgado numa sessão pública realizada em Lisboa, a 21 de fevereiro, identifica setores que já hoje privilegiam a circularidade, valorizando ao máximo os resíduos que produzem, como é o caso da Madeira e Cortiça (93,8%), das Máquinas, equipamentos e material de transporte (93,4%) e dos Minerais não metálicos (91,3%). Pensando no futuro, o estudo aponta também setores prioritários de atuação para dinamizar a circularidade da economia, designadamente os de Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte, da Construção, das Meta-lúrgicas de base e produtos metálicos, e do Comércio e serviços.

“Empregamos cerca de 25 mil pessoas neste setor em Portugal. E temos aqui a possibilidade de crescer muito mais, criando novas valências e competências”, frisa o Presidente da Direção do SWP, Aires Pereira. De resto, a associação anunciou já a criação de uma plataforma de matérias-primas secundárias, que pretende aproximar os produtores destes materiais de potenciais utilizadores. “Uma das nossas próximas tarefas é criar essa plataforma e disponibilizar esses dados a todos aqueles que os queiram utilizar”, assegurou.

Até ao final de março estará ainda a ser desenvolvido, no âmbito da associação, um estudo específico sobre os destinos possíveis a dar à fração resto dos sistemas de gestão de resíduos urbanos. A iniciativa partiu da Tratólix e o presidente da empresa intermunicipal, João Dias Coelho, assegura que estão a ser estudadas diversas possibilidades, dentro e fora do setor.

Uma outra iniciativa semelhante está a ser desenvolvida pelo BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e poderá ficar concluída antes do verão. Foi já feito um levantamento dos resíduos produzidos por um grupo de empresas associadas e o próximo passo será estudar destinos possíveis, tendo em conta os setores e as regiões envolvidas. “O nosso objetivo é tentar perceber, daqueles resíduos, quais é que poderiam ser transformados em subprodutos”, explica Sofia Santos, secretária-geral do BCSD Portugal.